



**Ministério Público do Rio Grande do Sul  
Promotoria de Justiça Cível de Lajeado**

---

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, pelo presente edital, por intermédio do Promotor de Justiça com atuação junto à 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Lajeado, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, **CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA**, ato a ser realizado no **dia 09 de agosto de 2016, das 14h às 17h**, no Auditório da sede das Promotorias de Justiça de Lajeado (Rua Paulo Frederico Schumacher, n.º 99, Moinhos, Lajeado), com o seguinte:

**OBJETO:** Debater o acesso à informação no âmbito do Município de Lajeado/RS com a implantação do Portal da Transparência.

**REGULAMENTO:** (a) os interessados que desejarem fazer exposição durante a audiência pública deverão realizar inscrição por meio do correio eletrônico [pj.civellajeado@mprs.mp.br](mailto:pj.civellajeado@mprs.mp.br), até às 18h do dia útil anterior à realização da audiência pública, sendo obedecida ordem cronológica, salvo conveniência; (b) os participantes deverão colaborar com a ordem dos trabalhos, inclusive assinando lista de presença; (c) logo após a explanação inicial do presidente dos trabalhos, será aberta a palavra para os representantes do Poder Público, de entidades e convidados, que efetuaram cadastro prévio, observado o limite máximo de 10 (dez) minutos para cada intervenção, limitando-se o número de expositores ao atingimento do limite de 120 minutos da abertura da audiência pública; (d) posteriormente às contribuições desses representantes, a palavra será assegurada aos cidadãos presentes que se inscreveram até o final da etapa anterior, observado o limite de 10 (dez) inscrições e o tempo máximo de 5 (cinco) minutos cada uma, para explanação de dúvidas e comentários, com possibilidade de resposta pelo presidente dos trabalhos ou réplica pelos demais interessados, desde que sob autorização daquele; (e) será sumariamente cassada a palavra quando da invocação de expressões ofensivas ou injuriosas; (f) ao final dos trabalhos, será apresentado pelo presidente dos trabalhos, em 10 minutos, uma avaliação geral das contribuições obtidas na audiência pública e os encaminhamentos pertinentes; (g) a audiência pública será gravada em áudio e vídeo e será lavrada, em até 05 (cinco) dias, ata sucinta dos trabalhos, sendo o extrato divulgado nos termos da Resolução nº 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público; (h) os casos omissos serão resolvidos pelo presidente dos trabalhos.

Os trabalhos serão presididos pelo Dr. Neidemar José Fachinetto, Promotor de Justiça.

Aos quatro dias do mês de julho do ano de 2016.

  
**Neidemar José Fachinetto,  
Promotor de Justiça.**